



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Bieco. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro declarou seu apoio incondicional ao Projeto de Lei nº 2564, em trâmite no Congresso Nacional, que estabelece o piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem. Referiu ter recentemente lido reportagem informando ter diminuído sensivelmente o número de mortes de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem graças à vacinação contra a Covid-19. Considerou que dentre todos os trabalhadores da área de saúde – incluindo maqueiros, atendentes e médicos – os profissionais de enfermagem são os que mais diretamente lidam com os atingidos pela pandemia, sendo conseqüentemente os mais expostos à infecção. É urgente reconhecer o direito dessa categoria ao piso salarial nacional e à jornada semanal de trinta horas de trabalho, apontou. Defendeu posteriormente que se refizesse uma comissão parlamentar especial para acompanhar a questão dos resíduos sólidos, uma vez que em poucos dias findaria o prazo para a utilização do aterro sanitário em Marituba. Recordou que o ex-prefeito Zenaldo Coutinho assinou, ainda em 2013, um Termo de Ajuste de Conduta comprometendo-se a implantar a coleta seletiva de lixo em nossa cidade, mas isso não foi feito. Acrescentou haver outros crimes cometidos, como o licenciamento ambiental da área onde foi implantado o aterro e queima de chorume em Capanema, denunciada nas redes sociais. A esse respeito, testemunhou que no ano anterior, visitando a área, constataria haver 190 milhões de litros de chorume ali acumulados, acondicionados em piscinas. Bastaria a Prefeitura Municipal de Belém – PMB ter enviado um ofício à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM solicitando que esta indicasse uma área adequada para a instalação de um novo aterro sanitário, esclareceu. Não haveria custos para a PMB, explicou, porque tal estudo é garantido por verba federal, sendo realizado por especialistas na matéria, pois há um departamento na CPRM que trata exclusivamente da análise e estudo de áreas para o tratamento de resíduos sólidos. Reportou ter enviado, à época, um ofício à Prefeitura de Belém solicitando que esta enviasse um ofício com tal teor à CPRM, mas nada foi feito. As atividades no aterro sanitário em Marituba encerram-se neste mês e não há alternativas para substituí-lo, constituindo um grave problema, por isso a comissão parlamentar para acompanhar essa questão deve ser recriada, reiterou. Assumiu posteriormente a palavra o vereador Igor Andrade e destacou estarmos na semana que antecede o Dia das Mães. Desejou a todas as mães saúde e paz e pediu àqueles que têm o privilégio de ainda ter suas mães que as tratassem muito bem todos os dias, com carinho, amor e respeito. Referiu ter ainda sua mãe trabalhando consigo, sendo ela funcionária desta Casa, e que conhece a grande maioria dos servidores deste Poder desde a infância, quando este parlamento ainda funcionava no Palácio Antônio Lemos. Infelizmente a pandemia não permite, mas, se estivéssemos em normalidade, conjecturou, nesta semana certamente haveria uma sessão especial para homenagear as mães. Exaltou depois o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, tendo à frente a secretária Ivanise Gasparim. A este respeito, aludiu à dragagem que estava sendo realizada na doca do Ver-o-Peso, conhecida popularmente como Pedra do Peixe. A limpeza daquela área não era feita havia doze anos e acumulara-se tal quantidade de dejetos que seis dos quatorze degraus da escada que leva da doca ao rio estavam cobertos por detritos, informou. Recordou que, no ano anterior, o governo estadual interveio, realizando a limpeza pública em Belém, devido à grande quantidade de lixo espalhada pela cidade. Agradeceu a Deus por, neste ano, ter se concretizado uma parceria entre a PMB e o governo do estado, apontando como efeito disso a limpeza das ruas e a dragagem dos canais, principalmente na periferia de nossa capital. Destacou a importância da educação da população para a manutenção da cidade limpa, recordando que, em 2013, esta Casa aprovou um projeto de lei da então vereadora Ivanise Gasparim estabelecendo multa para o munícipe que fizesse descarte irregular de resíduos sólidos em Belém. Zenaldo Coutinho, prefeito à época, vetou o projeto, havendo agora a possibilidade de derrubar esse veto. Em relação

R. Normando

ao problema da destinação dos resíduos sólidos, aproximando-se a data em que deixará de funcionar o aterro sanitário em Marituba, disse ter certeza de que o prefeito Edmilson Rodrigues e os prefeitos de Ananindeua e Marituba tomarão as decisões corretas para resolvê-lo, com a participação do governo estadual e das entidades e órgãos envolvidos. Em aparte, manifestou-se o vereador José Dinelly. Fábio Souza comunicou ter enviado ofício à Sesan solicitando explicação para o fato de os trabalhadores que fazem a coleta domiciliar e a limpeza de canais receberem 40% de gratificação e os trabalhadores que fazem a limpeza das ruas, praças, feiras e mercados, roçagem, raspagem e limpeza dos cemitérios receberem apenas 20% de gratificação, uma vez que os dois grupos estavam submetidos aos mesmos riscos. Avaliou que o público em geral não tem a exata noção da função e das limitações dos vereadores, expressando que a grande maioria dos parlamentares municipais não dispõe de recursos próprios, dependendo da Prefeitura para a realização de serviços e obras nas comunidades. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSB, Fábio Souza inteirou a plenária sobre projeto de lei que protocolou neste parlamento determinando a cassação do alvará de funcionamento de hotéis, motéis, pensões, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres que permitissem a prática ou fizessem apologia, incentivo, mediação, favorecimento ou omissão à prostituição infantil ou à pedofilia no município de Belém. Pediu a anuência de seus pares à aprovação desse projeto. Declarou seu apoio a todos os projetos que visassem combater a violência contra a mulher, contra as pessoas idosas e contra crianças e adolescentes. Alertou para a urgência do problema da destinação dos resíduos sólidos em nossa capital, ponderando que deveria se pensar em uma solução para os próximos trinta anos. Em aparte, manifestou-se o vereador José Dinelly. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante julgou que muito poderia ser feito pela cidade, mas pouco efetivamente estava sendo feito. Os alagamentos ainda persistiam, exemplificou, e em algumas localidades as pessoas perdiam pouco a pouco suas casas, pois tinham que jogar aterro, encobrendo paulatinamente os imóveis. Admitiu que a limpeza das ruas e canais estava sendo feita, mas apontou haver muitos pontos em que a água ainda subia além do normal. Após algumas chuvas, a cidade parecia submergir, como ocorria na Travessa Nove de Janeiro, um dos pontos recorrentes de alagamento, indicou. Reconheceu ser esse um problema existente há anos, não sendo culpa somente da atual gestão municipal. Exortou seus pares a buscar soluções e mostrar à sociedade que a gestão pública não é feita somente pelo prefeito, mas também por vereadores que amam nossa capital e querem melhorar a vida da população. Lamentavelmente, constatou, Belém é uma das piores cidades no quesito saneamento básico em todo o Brasil e vinha regredindo ao longo dos anos. Comemorou depois o fato de o estado do Pará ter recebido uma expressiva quantidade de vacinas, prevendo que imunização dos paraenses permitiria a retomada das atividades econômicas. A vacinação defenderia as pessoas não apenas do vírus, mas também da fome, ajuizou. A união e a atuação conjunta dos governos federal, estadual e municipal permitirão enfrentar com sucesso a pandemia, reativar a economia e fazer a vida das pessoas voltar ao normal, prenunciou. Pela liderança do bloco Republicanos – PSD, Juá Belém lembrou o rapto, estupro e brutal assassinato da menina Araceli Crespo, de oito anos, ocorrido no estado de Espírito Santo, em 18 de maio de 1973, ainda hoje sem solução. Desde então se iniciou um grande movimento e foi criado o Maio Laranja, objetivando combater o abuso e a exploração sexual infantil, referiu. Muito já foi feito contra essa prática nociva, mas pouco se avançou considerando-se a gravidade do tema e a necessidade de trazer toda a sociedade para participar desse combate, estimou. Citou pesquisa realizada em 2016 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, indicando que a cada oito minutos uma criança é abusada sexualmente em nosso país, cento e oitenta são abusadas todos os dias e mais de 64 mil crianças são abusadas sexualmente todos os anos. Acrescentou haver estimativas de que esses números representassem apenas dez por cento dos casos reais e que apenas dez por cento desses dez por cento chegava aos tribunais. Antes da pandemia, continuou, identificava-se que 87% a 90% dos casos de violência sexual contra crianças ocorriam dentro de casa ou eram praticados por pessoas que tinham alguma ligação com a família. Atualmente, especulou, o cenário é pior porque as crianças estão presas em casa e não têm a quem recorrer, perdem a inocência e o futuro. Considerava essa situação mais grave do que a própria pandemia, declarou, porque as pessoas ao adoecerem do vírus possuem alternativas, mas a criança abusada dentro de casa não tem opção, não tem a quem denunciar. Apesar da gravidade desse quadro, criticou, alguns afirmavam que a pedofilia era cultural ou justificavam dizendo que aqueles que a praticavam também haviam sofrido abusos na infância. A esses posicionamentos, opôs ser imperativo dificultar mais a vida dos criminosos e parar de tentar encontrar desculpas para um ato abominável, pois é necessário avançar. Expressou não acreditar na tese de que o abuso sofrido na infância seja fator determinante para a pedofilia. Contou ter presenciado, desde a infância e durante a adolescência, sua mãe ser agredida em casa todos os dias, mas, tendo casado aos dezessete anos, jamais deu sequer um empurrão em sua esposa. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Josias Hígino referiu-se às manifestações em apoio ao presidente Jair Bolsonaro ocorridas no último sábado, dizendo que o Brasil parou. Opinou que os atos mostraram o povo defendendo a nação em uma festa linda, não havendo partidos patrocinando o evento, mas apenas participação voluntária. Em

R/Mendonça

contrapartida, prosseguiu, viu-se uma caminhada em São Paulo, com três partidos unidos fazendo uma campanha contra o presidente, mas havia apenas catorze pessoas. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Miguel Rodrigues e Gleisson Silva. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade cedeu apartes aos vereadores Emerson Sampaio e Miguel Rodrigues. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas da 9ª e da 14ª sessões ordinárias do Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. O presidente comunicou que o requerimento do vereador Mauro Freitas, anteriormente em votação, estava suspenso a pedido do parlamentar, que se encontrava licenciado. O vereador Fernando Carneiro pediu então Questão de Ordem e observou que tal procedimento não era previsto no Regimento Interno deste Poder, pois requerimentos em votação deveriam ser votados mesmo que seus autores não estivessem presentes em plenário. Entretanto, não faria óbice a essa suspensão, posto tratar-se de um acordo feito para que o autor pudesse estar presente na votação do requerimento. O presidente Bioco explicou que esta conduta já fora adotada anteriormente, inclusive em relação a um requerimento do vereador Fernando Carneiro, e seria mantida. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a concessão de dois dias de licença parlamentar, no período de 04 a 05 de maio corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita posteriormente a leitura do requerimento do vereador Roni Gás solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a qualidade na prestação de serviços realizados pelas empresas contratadas pela PMB na área de infraestrutura. Fizeram encaminhamentos os vereadores Roni Gás, Gleisson Silva (com aparte do vereador Fábio Souza) e Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis e um voto contrário, sem abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Fabrício Gama, Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Roni Gás e Fábio Souza. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que "Dispõe sobre a proibição de filmagens com objetivo de constrangimento ao livre exercício docente nas salas de aula do município de Belém", constante no Processo nº 1530/2018, de autoria do vereador Fernando Carneiro. Na discussão, pronunciaram-se os vereadores Livia Duarte e Miguel Rodrigues. O vereador Fabrício Gama pediu depois Questão de Ordem solicitando que o lutador de Muay Thai, Neto Muay Thai, hexacampeão paraense e bicampeão nacional da modalidade, adentrasse o salão plenário. O presidente Bioco permitiu a entrada do atleta e suspendeu a sessão por cinco minutos para que os vereadores pudessem recebê-lo. Retomada a sessão, manifestaram-se os vereadores Enfermeira Nazaré Lima, Juá Belém, Matheus Cavalcante, Fábio Souza, Bia Caminha, Fabrício Gama, Emerson Sampaio (com aparte do vereador Miguel Rodrigues) e Josias Higino. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. A seguir, fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro, ficando o projeto em votação. Em seguida o presidente Bioco encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estava licenciado o vereador Mauro Freitas. Justificou sua ausência a vereadora Pastora Salete. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Moa Moraes e Josias Higino, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, Goleiro Vinícius, Augusto Santos e Dona Neves, pelo bloco Republicanos – PSD; Blenda Quaresma, Neném Albuquerque, John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Fernando Carneiro, Livia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bioco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 04 de maio de 2021.

R Normando

1ª Secretária

Presidente

2º Secretário